



**A RELEVÂNCIA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA
PARA A EMANCIPAÇÃO DO SER HUMANO**

***THE RELEVANCE OF DISCIPLINES OF
PHILOSOPHY FOR THE EMANCIPATION OF THE
HUMAN BEING***

STIGAR, Robson.¹

RESUMO

O presente artigo destaca a relevância da disciplina de filosofia para a construção da cidadania e formação integral do Ser Humano. Pretende sensibilizar o leitor para uma atitude crítica diante do currículo escolar fragmentado onde a filosofia não é muitas vezes contemplada, tem ainda o objetivo de apresentar uma nova face para a disciplina de filosofia.

Palavras Chave: Cidadania. Ciência. Educação. Ética. Filosofia.

ABSTRACT

The present article detaches the relevance of disciplines of philosophy for the construction of the citizenship and integral formation of the Human being. It intends to sensitize the reader for an attitude criticizes ahead of the broken up pertaining to school resume where the philosophy is not many times contemplated, it has still the objective to present a new face for disciplines of philosophy.

Words Key: Citizenship. Science. Education. Ethical. Philosophy.

¹ Graduado em Filosofia e Teologia, especialista em Filosofia e Catequética, Mestrando em Ciências da Religião pela PUCSP. Email: robsonstigar@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A palavra Filosofia remete o imaginário popular a pensar em diferentes sentidos e significados. Para entendermos seu real significado é precisar buscar a origem etnológica da palavra a cerca de 2400 a.C. na Grécia clássica.

A origem desta palavra é grega e a definição mais aceita do significado da palavra "filosofia" é com certo cuidado "tudo e nada, tudo ou nada...", a tradução para o português sempre gerou muitas controvérsias, em muitas publicações é utilizado simplesmente o termo amigo da palavra "sabedoria".

Em sua origem na Grécia antiga a palavra "filósofo" designava uma pessoa que sempre esta em busca da sabedoria, ou seja, "amante da sabedoria",² a filosofia em sua origem era a atividade do homem sábio, ou seja, do amigo do saber (*filo* + *sophia* = amor à sabedoria). O filósofo é um conhecedor de tudo, de todas as coisas, o *sophós*, o sábio.

A Relevância da Filosofia

O olhar do filosófico é aquele que observa o todo em um angulo digamos de 360 graus, em síntese entre as características da atividade filosófica esta o insaciável interesse em investigar, a sua curiosidade, seu instinto de conhecer o conduz a procurar conhecer os mistérios da *physis* e do cosmo, desvelar a essência da natureza das "coisas e fatos" que dizem respeito à sociedade.

Essencialmente a atividade filosófica reside em se afastar do objeto pesquisado o véu, a fumaça que encobre os nossos olhos

² Esse termo nasceu com Pitágoras. O filosofo sempre réplica que era apenas um amante, amigo da sabedoria, quando as pessoas insistiam em chamá-lo de sábio. Pitágoras gostava de afirmar que sua única sabedoria era reconhecer sua ignorância. Sabedoria na acepção da palavra, no seu terno original significa o domínio do pensamento como um todo, e não somente de trecho, partes do conhecimento. O termo sabedoria designava o que hoje entendermos por "ciência".

de enxergar o objeto como realmente ele é. Outra característica dessa atividade esta na imparcialidade de seu julgamento dos fatos, das coisas.

Devido às características aqui apresentadas da ciência filosófica é peculiar professores e autoridades públicas a questionar a introdução da filosofia no *roll* das disciplinas escolares obrigatórias.

Em uma sociedade como a brasileira que busca ingressar no *roll* dos países ricos, afinal o governo lula, os especialistas em política externa, empresários, entre outros consideram o Brasil um país emergente e muito importante é primordial desenvolver a educação formal e não formal da população brasileira. Desta forma que ciência poderia constituir-se mais essencial ao processo de desenvolvimento da educação do que a filosofia, em outras palavras, a filosofia difere das demais ciências, seu objetivo é à busca da realidade do pensamento humano, podemos dizer que a atividade filosófica é a busca pelo conhecimento, pela sabedoria.

A relação da educação e da filosofia vem desde a Grécia antiga. Na Grécia os filósofos que procuravam à *aretê* humana, foram os primeiros a discutir a relação entre a educação e a filosofia, mais precisamente a filosofia da educação.

Os filósofos gregos enxergavam na educação um caminho necessário para o avanço da comunidade grega em busca de uma cultura ideal. Esse caminho era necessário para o homem alcançar o conhecimento inteligível, para levar o homem ao caminho da sabedoria.

Segundo Platão o papel da filosofia é contribuir para a elevação da alma humana, proporcionando ao homem o esclarecimento da verdadeira sabedoria. Assim, o homem alcançaria à intenção, o ato, a idéia de uma educação, cultura para a virtude.

Aristóteles, filosofo grego, afirmava que a educação é superior às leis. Ao Estado cabe proporcionar a educação e esta



deve ser direcionada para a virtude.

A educação cumpre um papel importante na formação do indivíduo, sobretudo o papel da filosofia no ensinamento dos valores humanos mais nobres. Contudo devido ao caráter técnico do pensamento moderno parece difícil assegurar um lugar para o ensino de filosofia na escola e na sociedade como um todo.

Estamos vivendo um período em que se esqueceu totalmente o ensinamento aristotélico da busca do bem e da verdade. Encontramo-nos imersos nas tendências tecnológicas e delas dependemos de modo brutal e definitivo. Desta forma, a nossa estrutura de ensino suprime o conteúdo filosófico porque os indivíduos não devem refletir e nem indagar sobre a sua realidade.

Para os gregos a educação possuía um valor extremamente amplo porque não se restringia a especialização, ou seja, o homem era formado em todas as suas capacidades. Tanto é que os homens mais importantes da Grécia antiga eram os que se colocavam a serviço da comunidade.

Eles acreditavam que a educação voltada para a ação no âmbito coletivo é a coisa mais importante em um homem. Assim, “o espírito humano conduz progressivamente à descoberta de si próprio, e cria, pelo conhecimento do mundo, exterior e interior, formas melhores da existência humana.”³

O conhecimento humano é algo indispensável para guiar as ações, porém não é a única condição. É necessário que as ações aconteçam e que a teoria se torne realidade, mas nunca como norma imutável ou indiscutível. Porque segundo Aristóteles as:

[...] virtudes podem ser de duas origens ou espécies, intelectual e moral. A primeira cresce e gera-se graças ao ensino, por isso requer experiência e tempo. Enquanto que a virtude moral é adquirida em

resultado do hábito. (ARISTÓTELES, 1991, p. 267.)

Portanto, a primeira requer uma quantidade muito grande de reflexão, enquanto que a segunda é construída através da repetição. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos. Isso ocorre com a temperança e com a bravura. Embora agir de maneira justa seja algo propalado, para que as práticas se tornem justas é preciso que haja temperança nas ações. Ou seja:

[...] o mesmo acontece com a temperança, à coragem e outras virtudes, pois o homem que a tudo teme e de tudo foge não se posicionando em nada, torna-se um covarde e o homem que não teme absolutamente nada, mas vai ao encontro de todos os perigos, torna-se temerário, analogamente aqueles que se entregam a todos os prazeres, torna-se intemperantes. (Ibidem, 1991, p. 268.)

Por conseguinte, o que é imprescindível é a ação porque a ética aristotélica só tem sentido se for colocada em prática com o auxílio da razão para deliberar sobre os meios.

Dessa forma, “a temperança e a coragem são destruídas pelo excesso e pela falta e preservadas pela mediania,”⁴ ou seja, a mediania garante uma quantidade adequada, uma medida adequada, um equilíbrio das ações.

Quando buscamos nos abster de prazeres para tornar-nos temperantes precisamos primeiro fazê-lo para realmente estar distante deles. Ou seja, “tornamo-nos temperantes abstendo-nos de prazeres, e é depois de nos tornarmos tais que somos mais capazes dessa abstenção.”⁵

Portanto, a ação ética é aquela que leva em conta a medida, ou seja, um meio termo, “assim, um mestre em qualquer arte

³ JAEGER, W. Paidéia: 03.

⁴ ARISTÓTELES, 1991, p. 269.

⁵ ARISTÓTELES, 1991, p. 269.



evita o excesso e a falta, buscando o meio termo, escolhendo o meio termo não no objeto, mas relativamente a nós.”⁶

A construção da ética Aristotélica se fundamenta na valorização do indivíduo virtuoso, ou seja, aquele age, com o auxílio da razão e do conhecimento, em vista do bem comum. Desta forma, “o excesso e a falta são características do vício, e a mediania da virtude.”⁷ Assim, quando há falta ou excesso, existe vício e quando há mediania existe virtude, ou ação ética.

Com isso, Aristóteles coloca a virtude como “uma disposição de caráter relacionada com a escolha.”⁸ A ética Aristotélica não é principialista como alguns poderiam imaginar devido às disposições de caráter. Porque a preocupação é com o agir em cada situação e não com a fórmula perfeita. Conseqüentemente, “a mediania é um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática.”⁹

O intuito é demonstrar que a radicalização entre os extremos não permite uma ação ética do homem. Ou seja:

[...] é um meio termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante as ações e paixões, a virtude encontra e escolhe o meio termo.” (ARISTÓTELES, 1991, p. 273.)

Segundo Aristóteles os vícios e as virtudes dependem desse equilíbrio na escolha, na decisão, no posicionamento diante de situações extremas. Com isso a ética proposta por Aristóteles pode ser um instrumento para se pensar as questões singulares da vida humana, sem perder de vista o todo. Não é uma tentativa de normalizar e se fundamentar no dever.

Portanto, a ética Aristotélica proporciona a possibilidade de um estudo criterioso de cada caso.

O conhecimento é uma condição necessária, porém não é suficiente para a ação ética. Neste ponto Aristóteles difere da ética socrático-platônica, porque esta última considerava o conhecimento como condição suficiente para a ação ética e almejava um bem supremo totalmente estabelecido como norma fixa.

Para Aristóteles não basta o homem o conhecimento ele precisa agir, de modo justo, e temperante e sem perder de vista o bem comum, ou seja, a busca do homem pela felicidade deve convergir com a realização da comunidade. É justamente no ensinamento da prática ética que sofremos uma grande carência em todos os níveis sociais e culturais. Com efeito, o que se deve questionar é o fundamento das filosofias adotadas pelos representantes da área da educação no Brasil.

O uso de teorias desconexas com a realidade brasileira dificulta o ensino e a pesquisa em educação no Brasil. Sobretudo falta conteúdo aos diferentes estágios de ensino e sobra contextualização. Falta ensinar uma moralidade, que se impõe como uma necessidade, sobretudo a reflexão.

Contudo na realidade a fonte da moralidade pode ser encontrada em nossas escolas e universidades que ensinam muito bem o prático, porque teria e filosofia para nada serve. Ora, precisamos de gente no mercado de trabalho que seja prática, resolva os problemas sem muita enrolação.

Pois pensar demanda tempo, e ninguém tem tempo. Precisamos usar bem o tempo, não podemos ficar discutindo os fundamentos da moral e da ética, precisamos aplicá-los. Esse modelo de raciocínio resulta na completa desvalorização do homem e do seu valor maior a dignidade.

Assim, a tarefa dupla do homem consiste em realizar-se pessoalmente e na coletividade. Contudo, aparece no modelo

⁶ Idem. p. 272.

⁷ Idem. p. 273.

⁸ Idem. p. 273.

⁹ Idem. p. 273.



capitalista fundado no modelo liberal de MILL e SMITH, opõe esses dois níveis, fato agravado pelo modelo educacional e econômico adotado pelo Brasil.

Segundo Perine:

[...] sob seu aspecto pessoal, a sua solução daquele ideal que desde Aristóteles foi descrito como o ideal da magnanimidade. O magnânimo não é um herói ou um santo, mas está como que acima de si mesmo. Ele informa todo o seu ser de moralidade porque sabe que, como qualquer ser humano, está constantemente ameaçada pela imoralidade. Ele sabe que a moral nunca será supérflua, por justo que seja o mundo e por completas que sejam as satisfações que ele oferece, pois o ser humano nascerá sempre violento, indigente e insatisfeito (PERINE, 2004, p. 30).

Percebe-se a importância de uma conduta moral que permita uma estruturação da individualidade. E isso significa que o particular não anula o coletivo e o social, mas a moral precisa estar fundada no indivíduo sem jamais ser relativa.

Na dimensão social “a tarefa do ser Humano moral é eminentemente política” (PERINE, 2004: 30). Portanto, o indivíduo somente se realiza totalmente na comunidade. Assim, no entender de Weil, “a política é a moral em marcha”, conseqüentemente a moral é essencialmente política.

Corrobora com essa postura a posição de Vaz, quando este entende que “a política deve ter, pelo menos como exigência, a criação de um estilo ético de fazê-la” (In JAGUARIBE, 1985: 485).

Esse estilo ético é que falta ao político brasileiro, porque, como dissemos anteriormente, preocupa-se em levar vantagem em tudo. Mas esse comportamento não é somente exclusivo dos representantes do povo, a maioria dos estudantes, professores, trabalhadores,

agricultores, profissionais liberais, religioso (a)s pensam assim. Isso significa que em curto prazo não existe possibilidade de mudança na mentalidade dos cidadãos brasileiros.

Com efeito, usa-se muito a palavra ética em nosso país, mas na verdade é rara a efetivação dela, e isso é uma contradição que a maioria dos letrados ignora. Contudo, é importante lembrar que a política não pode tornar o homem justo, mas ela pode mudar a realidade social. Assim, a justiça deveria ser a condição anterior para ser um bom político. Portanto, para ser um bom homem público antes de qualquer outra condição para que o indivíduo seja um bom político é ser justo. Ora, sendo justo ele saberá governar a vida em comunidade com propriedade e sem excessos.

Para os gregos, a preocupação com o bem comum englobava o cuidado do *Ethos* social, ambiental e global. O zelo pelo relacionamento com os outros, o respeito pelo planeta e a valorização dos recursos naturais era uma característica do *oikos*, modelo de vida deste povo. Para Hanna Arendt, o fenômeno se explica de certa forma pela separação entre discurso e ação:

Na experiência da *polis*, que com alguma razão, tem sido considerada o mais loquaz dos corpos políticos, e mais ainda na Filosofia Política que dela surgiu, a ação e o discurso separaram-se e tornaram-se atividades cada vez mais independentes. (ARENDR, 2001, p. 35).

O conceito da ética não pode permanecer restrito ao aspecto particular, singular, ou seja, precisa expandir-se e ir além da preocupação singular, tornando-se um conceito e uma ação, ambos relacionados ao todo. A conduta ética precisa estar de acordo com a preservação do *oikos*, ou seja, do meio em que vivemos porque, como afirmavam os gregos, as duas esferas da vida (privada e pública) devem estar em equilíbrio.

Isso significa que na relação social



não pode haver hegemonia da necessidade individual e nem a supressão da individualidade pela força da coletividade. O singular não pode anular o comunitário e o comunitário não pode anular o individual. Moralmente, o conjunto de hábitos de um homem não pode se suplantar a comunidade e a comunidade também não pode levar a deturpação de valores éticos para o indivíduo, sabendo que ética é uma reflexão sobre os valores humanos.

A existência de um povo depende de suas raízes éticas, e são justamente estas que permitirão a tomada de consciência de si mesmo por parte do sujeito, quando este se sente realizado no todo. Hegel demonstrará a tomada de consciência de si na Fenomenologia do Espírito, assim no entender de Hyppolite:

[...] primeiro o espírito existe imediatamente, é aí como um dado histórico e esse dado é a existência de um povo, uma comunidade de indivíduos tendo consciência de si mesmos na totalidade concreta que é o povo (HYPPOLITE, 1999, p. 357).

Diante do problema da individualidade perante o todo, não configuram um conflito porque o indivíduo é um mundo, uma totalidade. Deste modo, um povo com espírito desenvolvido pode evitar a completa negação que é a guerra, total supressão da ética.

Perante a decadência dos valores éticos carecemos de um espírito de brasilidade, o problema parece ser a ausência de fundamento coletivo para a ação pública, mas que se manifesta como um sintoma da prática particular. A vida pública, portanto, seria a mais nobre deferência a um homem honrado e honesto, porém no Brasil inverteu-se esse valor como tantos outros.

Existe uma contradição entre aquilo que se vive e o que deveria ser a vida pública e privada no Brasil. A mesma contradição, guardadas as devidas proporções já fora manifestada por

Maquiavel, no Príncipe, quando este denuncia o descompasso entre teoria e prática.

Em verdade, há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver que aquele que abandone o que faz por aquilo que deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira, em todas as suas palavras, fazer profissão de bondade, perder-se-á em, meio a tantos que não são bons. Donde é necessário a um príncipe que queira se manter no (no poder) aprender a não ser bom e usar ou não a bondade, segundo a necessidade. (MAQUIAVEL, 1995, XV).

Parece, contudo que incorporamos um completo valor da prática de atividades que transgridem as regras institucionalizadas. Ou seja, deve-se falar uma coisa e praticar outra. Isso configura uma fissura moral que implica na eterna manipulação da opinião pública e da sociedade como um todo.

Certamente não era essa a intenção de Maquiavel. Assim, o estado pode ser considerado como sendo portador da força repressiva para manter o poder, mas quando todos assumem uma postura ostensiva de violência e de sonegação dos valores, nos torna totalmente indefeso.

O objetivo da disciplina de filosofia é convidar o aluno a buscar diferentes maneiras de ver o problema, com as possíveis soluções que já foram elaboradas e, então, elaborar novos conceitos, exercitando a argumentação filosófica, através de raciocínios lógicos, coerentes e críticos. Assim o estudante perceberá o que está por trás das idéias e de como elas se tornam ideologias e terá condições de construir um pensamento autônomo e autêntico.

A defesa do ensino com conteúdos filosóficos transversalizados no currículo em detrimento da disciplina de Filosofia se



apresentava, principalmente, por motivos, constantemente identificáveis no discurso contrário à filosofia como disciplina, entre os quais a “redução da Filosofia a um discurso puramente pedagógico” o que a descaracterizaria naquilo que lhe é peculiar. E é falacioso dizer que a filosofia não se deve deixar reduzir ao âmbito escolar, pois perderia sua característica de resistência, crítica e criatividade. Entende-se justamente o contrário: é no espaço escolar que a filosofia pode exercer aquilo que lhe é próprio: o exercício do pensamento crítico, da resistência, da criação e reelaboração do conhecimento. A Filosofia torna vivo esse um espaço escolar, povoando-o de sujeitos que exercitam sua inteligência buscando, no diálogo e no embate entre as diferenças, a sua convivência e a construção da sua história.

Diversas questões se mostram urgentes em nossa sociedade. É por essa razão que os conhecimentos, os processos filosóficos permanecem válidos e atuais e que o trabalho com estes processos, na disciplina de Filosofia, adquire relevância no contexto do Ensino Médio. Considerando que um dos sentidos do Ensino Médio é a formação pluridimensional e democrática, capaz de oferecer aos estudantes a possibilidade de compreensão das complexidades do mundo contemporâneo, que se manifesta quase sempre de forma fragmentada, com suas múltiplas particularidades e especializações, não se pode prescindir de um saber que opera por questionamentos, conceitos e categorias de pensamento que buscam articular a totalidade espaço-temporal e sócio-histórica em que se dá o pensamento e a experiência humana. Neste sentido a disciplina de Filosofia é importante para a constituição da identidade do Ensino Médio enquanto etapa educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aula de filosofia é um espaço para o exercício do pensamento filosófico,

experiência cujos passos incluem a sensibilização e a problematização, onde professor e estudantes identificam problemas e refletem na busca de possíveis soluções. Isto se dá por meio do diálogo investigativo, isto é, na interlocução com o texto filosófico, no sentido de compreender seu conteúdo e seu significado para o nosso tempo, primeiro passo para possibilitar a experiência filosófica em sala de aula. Desta forma, a aula de filosofia configura-se como um espaço real de experiência filosófica, ou seja, da provocação do pensamento, da busca, da compreensão, da imaginação, da investigação e da criação de conceitos. Esse diálogo é tomado em sua acepção dialética, como elemento metodológico.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 352p.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, Os Pensadores, 1991.281p.
- BASYROV, GARIF. *Man s Conscience*. Marca D'água. Disponível em: <http://www.images.com/artist/garif-basyrov/?page=2&size=small&results_per_page=60> Acesso em: 05 jun 2010.
- DESCARTES, R. *Meditações*. São Paulo, Abril Cultural, 1999, col. Os Pensadores, 336p.
- FRASER, Nancy. *Justiça interrompida*. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Porto: Martins Fontes, 1995.
- _____. *A teoria crítica do reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- _____. *Para a inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. *Teoria da ação comunicativa*. Buenos Ayres: Tecnos, 1996.
- HONNETH, Axel. *A luta pelo reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- JAEGER, W. *Paidéia: a formação do*



homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 1413p.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Nova Cultural, 2005. 511p.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro. Bertrhand Brasil. 1995.

OLIVEIRA, M (org). *Correntes fundamentais de ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000. 255p.

PERINE, M. *Eric Weil e a Compreensão de nosso tempo*. Ética, Política, Filosofia. São Paulo. Loyola, 2004.

SMITH, A. *La riqueza des naciones*. Paris: Flamariom, 1992. 531p.

TAYLOR, Charles. *As fontes do Self*. São Paulo: Loyola, 1999.

VAZ, L. *Escritos de Filosofia II. Ética e Cultura*. São Paulo: Loyola, 2000. 293p.

VAZ, L. in TOLEDO/MOREIRA. *Ética e direito*. São Paulo: Loyola, 2002. 366p.

YOUNG, M. *Da democracia deliberativa para a democracia comunicativa*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

